

**Aviso de Abertura do Concurso para  
Atribuição de Bolsas de Investigação para Doutoramento**

O Centro de Linguística da Universidade do Porto (CLUP) abre concurso para atribuição de 2 (duas) bolsas de investigação, adiante designadas por Bolsas de Investigação para Doutoramento, na área de Ciências da Linguagem, ao abrigo do Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT (RBI) e do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI).

As bolsas serão financiadas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) ao abrigo do Protocolo de Colaboração para Financiamento do Plano Plurianual de Bolsas de Investigação para Estudantes de Doutoramento, celebrado entre a FCT e a Unidade de I&D CLUP – Centro de Linguística da Universidade do Porto (Unidade FCT nº 22).

### 1. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA

O concurso está aberto entre **1 de agosto e as 23h59 (hora de Lisboa) de 16 de setembro de 2022**.

As candidaturas e os documentos de suporte à candidatura previstos no presente Aviso de Abertura de Concurso devem ser submetidos, obrigatoriamente, no seguinte endereço:

[https://sigarra.up.pt/flup/pt/CNT\\_CAND\\_GERAL.CONCURSOS\\_LIST](https://sigarra.up.pt/flup/pt/CNT_CAND_GERAL.CONCURSOS_LIST)

Cada candidato poderá submeter apenas uma candidatura, sob pena de cancelamento de todas as candidaturas submetidas.

A prestação de falsas declarações ou a realização de atos de plágio por parte dos candidatos é motivo para cancelamento da candidatura sem prejuízo da adoção de outras medidas de natureza sancionatória.

### 2. TIPO E DURAÇÃO DAS BOLSAS

As bolsas de investigação para doutoramento destinam-se a financiar a realização, pelo bolseiro, de atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor em universidades portuguesas.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor decorrerão no Centro de Linguística da Universidade do Porto, o qual será a instituição de acolhimento dos bolseiros, sem prejuízo dos trabalhos poderem ser realizados em colaboração entre mais do que uma instituição.

As atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor dos bolseiros selecionados devem estar enquadradas no plano de atividades e estratégia do Centro de Linguística da Universidade do Porto, e devem ser desenvolvidas no Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

([https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur\\_geral.cur\\_view?pv\\_ano\\_lectivo=2019&pv\\_origem=CUR&pv\\_tipo\\_cur\\_sigla=D&pv\\_curso\\_id=5921](https://sigarra.up.pt/flup/pt/cur_geral.cur_view?pv_ano_lectivo=2019&pv_origem=CUR&pv_tipo_cur_sigla=D&pv_curso_id=5921)).

O plano de trabalhos poderá decorrer integralmente ou de forma parcial numa instituição nacional (bolsa no país ou bolsa mista, respetivamente).

A duração das bolsas é, em regra, anual, renovável até ao máximo de quatro anos (48 meses), não podendo ser concedida bolsa por um período inferior a 3 meses consecutivos.

No caso de bolsa mista, o período do plano de trabalhos que decorra numa instituição estrangeira não pode ser superior a 24 meses.

### 3. DESTINATÁRIOS DAS BOLSAS

As Bolsas de Investigação para Doutoramento destinam-se a candidatos inscritos ou a candidatos que satisfaçam as condições necessárias para se inscreverem no Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e que pretendam desenvolver atividades de investigação conducentes à obtenção do grau académico de doutor no Centro de Linguística da Universidade do Porto, ou em instituições de acolhimento a ele associadas.

### 4. ADMISSIBILIDADE

#### 4.1 Requisitos de Admissibilidade do Candidato

Podem candidatar-se ao presente concurso:

- Cidadãos nacionais ou cidadãos de outros Estados membros da União Europeia;
- Cidadãos de Estados terceiros;
- Apátridas;
- Cidadãos beneficiários do estatuto de refugiado político.

Para concorrer a Bolsa de Investigação para Doutoramento é necessário:

- Ser licenciado ou mestre nas áreas das Ciências da Linguagem e afins consideradas válidas para acesso ao Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- Residir de forma permanente e habitual em Portugal à data de início do período do plano de trabalhos no estrangeiro, caso o plano de trabalhos proposto para a bolsa inclua um período em instituições estrangeiras (bolsas mistas), requisito aplicável tanto a cidadãos nacionais como a cidadãos estrangeiros.
- Não ter beneficiado de uma bolsa de doutoramento ou de doutoramento em empresas diretamente financiada pela FCT, independentemente da sua duração.
- Não ser detentor do grau de Doutor.

#### 4.2 Requisitos de Admissibilidade da Candidatura

É indispensável, sob pena de não admissão ao Concurso, anexar à candidatura os seguintes documentos:

- Elementos do bilhete de identidade/cartão de cidadão/passaporte;
- *Curriculum vitae* do candidato;
- Certificados de habilitação dos graus académicos detidos, especificando obrigatoriamente a classificação final e, se possível, as classificações obtidas em todas as disciplinas realizadas, ou, em alternativa, declaração de honra do candidato em como concluiu o grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura;
- Registo de reconhecimento dos graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras e registo da conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa, ou, em

alternativa, declaração de honra do candidato em como obteve o reconhecimento do grau estrangeiro equivalente ao de licenciado ou mestre com efeitos ao final do prazo de candidatura;

- Carta de motivação;
- Cartas de recomendação (duas);
- Plano de investigação provisório (máximo: 12.000 caracteres com espaços, excluindo a bibliografia), em que o candidato explicita, fundamentadamente: o domínio em que pretende vir a desenvolver a investigação para a sua tese de doutoramento; o enquadramento teórico das questões que gostaria de desenvolver no âmbito da sua tese de doutoramento; a identificação, explicação e justificação das principais metodologias de trabalho que pretende desenvolver no seu trabalho conducente à tese de doutoramento.
- Documentação comprovativa dos requisitos de bonificação previstos no nº 6.2 deste Edital, caso os candidatos os possuam e pretendam usufruir dessa bonificação.
- A candidatura e todos os documentos a ela associados, incluindo as cartas de motivação e recomendação, deverão ser redigidos em língua portuguesa ou em língua inglesa.

Relativamente aos requisitos de admissibilidade acima mencionados faz-se notar o seguinte:

- No caso de graus académicos atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras, e por forma a garantir a aplicação do princípio da igualdade de tratamento a candidatos que detêm graus académicos estrangeiros e nacionais, é obrigatório o reconhecimento desses graus e a conversão da respetiva classificação final para a escala de classificação portuguesa.

O reconhecimento de graus académicos e diplomas estrangeiros bem como a conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa pode ser requerido em qualquer instituição de ensino superior pública, ou na Direção-Geral do Ensino Superior (DGES, apenas para o caso do reconhecimento automático).

Relativamente a esta matéria, sugere-se a consulta do portal da DGES através do seguinte endereço: <http://www.dges.gov.pt>.

- Só serão admitidos candidatos que tenham concluído o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado ou mestre até ao final do prazo de candidatura. Caso ainda não disponham da certidão de conclusão de curso, será aceite declaração de honra dos candidatos em como concluíram as habilitações necessárias para efeitos do concurso até ao final do prazo de candidatura. A concessão da bolsa está sempre dependente da apresentação dos comprovativos da titularidade das habilitações académicas necessárias à concessão da bolsa.

## 5. PLANOS DE TRABALHO E ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DAS BOLSAS

Os candidatos que vierem a ser selecionados neste concurso comprometem-se a prosseguir investigação conducente à obtenção do grau de doutor respeitando, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) integrarem a sua atividade de investigação na atividade científica do Centro de Linguística da Universidade do Porto e no Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de acordo com as indicações recebidas da coordenação do Centro, da Direção do Curso e, a partir do momento em que seja(m) formalmente nomeado(s), também do(s) orientador(es) da dissertação;

- b) participarem ativamente nas atividades científicas e pedagógicas promovidas pelo Centro de Linguística da Universidade do Porto e pelo Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, colaborando na sua organização;
- c) seguirem, após a conclusão da componente curricular do Curso, um plano de trabalho definido pelo bolseiro e pelo(s) seu(s) orientador(es) e aprovado no âmbito da apresentação pública no quadro da UC Preparação de Tese do Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- d) publicarem, ao longo do Curso, pelo menos 3 trabalhos científicos com revisão por pares;
- e) participarem com comunicação, ao longo do Curso, em pelo menos 3 eventos científicos com revisão por pares.

#### NOTAS:

1 – Durante o ano curricular do Curso de Doutoramento, será orientador provisório dos bolseiros selecionados, para todos os efeitos, o Diretor do Curso de Doutoramento ou um investigador por ele designado.

2 - A atribuição de um orientador definitivo do bolseiro será concretizada no final do ano curricular do Curso de Doutoramento, quando se proceder à distribuição definitiva de doutorandos por orientadores em função dos temas escolhidos e de outros critérios fixados pela Direção e pela Comissão Científica do Curso de Doutoramento.

3 - No final de cada ano de bolsa, o bolseiro deverá apresentar à Coordenação do Centro e à Direção do Curso um relatório circunstanciado, devidamente validado pelo(s) seu(s) orientador(es), comprovando ter cumprido o plano de trabalhos fixado e, quando se aplique, justificando devidamente eventuais desvios desse plano. Este relatório terá de ser validado pelo Diretor do Curso de Terceiro Ciclo em Ciências da Linguagem e pelo Coordenador Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

## 6. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E BONIFICAÇÕES

### 6.1 Critérios de Avaliação

A avaliação tem em conta o mérito do candidato e do plano de investigação provisório.

As candidaturas consideradas admissíveis serão pontuadas numa escala de 0 (zero) a 200 (duzentos) pontos em cada um dos seguintes critérios de avaliação:

- Critério A – Mérito do Candidato, com o peso de 70% na classificação final global da candidatura:
  - Subcritério A1 - Classificação final de licenciatura, com o peso de 10% na classificação final global da candidatura (a pontuação a atribuir neste subcritério resultará da média de licenciatura do candidato multiplicada por 10 (dez), no caso de essa média ter sido atribuída numa escala quantitativa portuguesa de 0 (zero) a 20 (vinte), o júri fará a conversão para a escala de 0 (zero) a 20 (vinte), os candidatos que concorram sem licenciatura concluída terão uma pontuação de zero pontos neste subcritério);
  - Subcritério A2 – Classificação final de mestrado, com o peso de 20% na classificação final global da candidatura (a pontuação a atribuir neste subcritério resultará da média de mestrado do candidato

multiplicada por 10 (dez), no caso de essa média ter sido atribuída numa escala quantitativa portuguesa de 0 (zero) a 20 (vinte); no caso de escalas qualitativas atribuídas por instituições portuguesas, o júri fará a conversão para a escala de 0 (zero) a 20 (vinte), aplicando-se de seguida esse fator de multiplicação; os candidatos que concorram sem mestrado concluído terão uma pontuação de zero pontos neste subcritério);

No caso de titulares de mestrados integrados, a classificação final obtida contará quer para o Subcritério A1, quer para o Subcritério A2.

- Subcritério A3 – Currículo do candidato, avaliado pelo júri em função do CV e das cartas de recomendação apresentadas pelo candidato e com o peso de 30% na classificação final global da candidatura; nesta avaliação, o júri conferirá sempre um peso determinante ao CV e um peso menor às cartas de recomendação;
- Subcritério A4 – Motivação do candidato, avaliada pelo júri em função da carta de motivação apresentada pelo candidato e com o peso de 10% na classificação final global da candidatura;
- Critério B – Mérito do Plano de Investigação Provisório, com o peso de 30% na classificação final global da candidatura:
  - Subcritério B1 – Qualidade do plano em termos dos conteúdos a tratar, devendo ser ponderados fatores como a integração da investigação proposta no quadro geral da missão científica do Centro e a exequibilidade do plano proposto no âmbito do Centro e do Curso; este subcritério terá o peso de 20% na classificação global da candidatura;
  - Subcritério B2 – Qualidade da escrita e do rigor formal do plano, com o peso de 10% na classificação final global da candidatura.

Para efeitos da decisão sobre a concessão de bolsas, os candidatos serão ordenados de acordo com a média ponderada da classificação obtida em cada um dos seis subcritérios, traduzida pela seguinte fórmula:

$$\text{Classificação Final} = (0,10 \times A1) + (0,20 \times A2) + (0,30 \times A3) + (0,10 \times A4) + (0,20 \times B1) + (0,10 \times B2)$$

Para efeitos de desempate, a ordenação dos candidatos será efetuada com base nas classificações atribuídas a cada um dos critérios de avaliação pela seguinte ordem de precedência: Subcritério A2; Subcritério A3; Subcritério B1; Subcritério A1; Subcritério A4; Subcritério B2.

#### **Aviso importante para candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras:**

- Os candidatos com diplomas emitidos por instituições de ensino superior estrangeiras podem candidatar-se e serão avaliados com os mesmos critérios que os candidatos com diplomas emitidos por instituições portuguesas, desde que apresentem, em candidatura, prova do reconhecimento dos graus académicos e da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa nos termos da legislação aplicável.

- Os candidatos com diplomas estrangeiros reconhecidos que não apresentem prova da conversão da classificação final para a escala de classificação portuguesa serão avaliados com a classificação mínima (0 pontos) nos subcritérios A1 e/ou A2, respetivamente.
- Em qualquer caso, os contratos de bolsa com candidatos com diplomas emitidos por instituições estrangeiras só serão celebrados mediante a apresentação da prova de reconhecimento dos graus académicos e conversão da classificação final, conforme acima indicado.

Não são elegíveis para concessão de bolsa os candidatos cuja candidatura seja avaliada com uma classificação final inferior a 160 (cento e sessenta) pontos.

## 6.2 Bonificação

Serão bonificados, no Critério A, os candidatos:

- a) que sejam titulares de uma licenciatura em Ciências da Linguagem: bonificação suplementar de 5 pontos (Subcritério A1);
- b) que sejam titulares de um mestrado na área das Ciências da Linguagem: bonificação suplementar de 5 pontos (Subcritério A2);
- c) que, durante os seus períodos de estudos durante a licenciatura e/ou o mestrado, tenham usufruído do estatuto de estudantes com necessidades educativas especiais (mediante documento comprovativo obrigatoriamente apresentado na candidatura, caso os candidatos desejem beneficiar desta bonificação): bonificação suplementar de 5 pontos (Subcritério A3).

## 7. AVALIAÇÃO

O painel de avaliação dos candidatos é constituído pelos seguintes elementos efetivos:

- Prof. Doutor Rui Manuel Sousa Silva, Coordenador Científico do Centro de Linguística da Universidade do Porto – Coordenador do Painel;
- Prof. Doutor João Manuel Pires da Silva e Almeida Veloso, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof<sup>ª</sup> Doutora Celda Maria Gonçalves Morgado, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof<sup>ª</sup> Doutora Isabel Margarida Ribeiro de Oliveira Duarte, Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof. Doutor Thomas Juan Carlos Hüsgen, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof<sup>ª</sup> Doutora Maria de Fátima Henriques da Silva, Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof<sup>ª</sup> Doutora Maria Clara Araújo Barros Greenfield, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto;

- Prof<sup>ª</sup> Doutora Ângela Patrícia Pinto Filipe Lopes, Professora Auxiliar Convidada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

O painel de avaliação dos candidatos é constituído pelos seguintes elementos suplentes:

- Prof<sup>ª</sup> Maria Alexandra de Araújo Guedes Pinto, Presidente da Comissão Diretiva do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof. Doutor Rogelio Ponce de León Romeo, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigador do Centro de Linguística da Universidade do Porto;
- Prof<sup>ª</sup> Doutora Isabel Maria Galhano Rodrigues, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Investigadora do Centro de Linguística da Universidade do Porto.

O painel de avaliação apreciará as candidaturas de acordo com os critérios de avaliação constantes do presente Aviso de Abertura de Concurso, ponderando os elementos de apreciação.

Todos os membros de painel, incluindo o coordenador, estabelecem o compromisso de respeitar um conjunto de responsabilidades essenciais ao processo de avaliação, tais como os deveres da imparcialidade, da declaração de quaisquer potenciais situações de conflito de interesses e da confidencialidade. Em todos os momentos do processo de avaliação, a confidencialidade é totalmente protegida e assegurada de modo a garantir a independência de todos os pareceres produzidos.

Para cada candidatura será produzida, pelo painel, uma ficha de avaliação final onde de forma clara, coerente e consistente sejam apresentados os argumentos que conduziram às classificações atribuídas a cada um dos critérios e subcritérios de avaliação, explicitando ainda eventuais bonificações atribuídas.

Das reuniões do painel de avaliação será produzida ata da responsabilidade de todos os seus membros.

A ata e os seus anexos devem incluir, obrigatoriamente, a seguinte informação:

- Nome e afiliação de todos os membros do painel de avaliação;
- Identificação de todas as candidaturas excluídas e respetiva fundamentação (se aplicável);
- Metodologia adotada pelo painel para casos considerados particulares (se aplicável);
- Fichas de Avaliação Final de cada candidato;
- Lista provisória de classificação e seriação dos candidatos, por ordem decrescente da classificação final, de todas as candidaturas avaliadas pelo painel;
- Declarações de CDI de todos os membros do painel;
- Eventuais delegações de voto e competências por motivo de ausência justificada.

## 8. DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados da avaliação são comunicados via e-mail para o endereço de correio eletrónico indicado pelo candidato na candidatura.

## 9. PRAZOS E PROCEDIMENTOS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, RECLAMAÇÃO E RECURSO

Após comunicação da lista provisória dos resultados da avaliação, os candidatos dispõem de um período de 10 dias úteis para, querendo, se pronunciarem em sede de audiência prévia de interessados, nos termos dos artigos 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

A decisão final será proferida após a análise das pronúncias apresentadas em sede de audiência prévia de interessados. Da decisão final pode ser interposta reclamação no prazo de 15 dias úteis, ou, em alternativa, interposto recurso no prazo de 30 dias úteis, ambos contados a partir da respetiva notificação. Os candidatos que optarem por submeter reclamação devem dirigir a sua pronúncia ao membro do Conselho Diretivo da FCT com competência delegada. Os candidatos que optarem por apresentar recurso devem dirigir o mesmo ao Conselho Diretivo da FCT.

## 10. REQUISITOS DE CONCESSÃO DE BOLSA

Os contratos de bolsa de investigação são celebrados diretamente com a FCT.

Os seguintes documentos terão de ser obrigatoriamente remetidos, aquando da eventual concessão da bolsa, para efeitos da sua contratualização:

- a) Cópia do(s) documento(s) de identificação civil, fiscal e, quando aplicável, de segurança social<sup>1</sup>;
- b) Cópia dos certificados de habilitações dos graus académicos detidos;
- c) Apresentação do registo de reconhecimento dos graus académicos estrangeiros e conversão das respetivas classificações finais para a escala de classificação portuguesa, caso aplicável;
- d) Plano de trabalhos;
- e) Documento comprovativo de matrícula e inscrição no Curso de Terceiro Ciclo (Doutoramento) em Ciências da Linguagem da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;
- f) Declaração do(s) orientador(es) assumindo a responsabilidade pela supervisão do plano de trabalhos, nos termos do artigo 5.º-A do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- g) Documento comprovativo de aceitação do candidato por parte da instituição onde decorrerão as atividades de investigação, garantindo as condições necessárias ao seu bom desenvolvimento, bem como o cumprimento dos deveres previstos no artigo 13.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);
- h) Documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva (minuta da declaração a disponibilizar pela FCT);

A concessão da bolsa encontra-se ainda dependente:

- do cumprimento dos requisitos previstos no presente Aviso de Abertura;
- do resultado da avaliação;
- da inexistência de incumprimento injustificado dos deveres do bolseiro no âmbito de anterior contrato de bolsa financiada, direta ou indiretamente, pela FCT;

---

<sup>1</sup> A disponibilização destes documentos pode ser substituída, por opção do candidato, pela apresentação presencial na entidade financiadora, a qual guardará os elementos constantes dos mesmos que sejam pertinentes para a validade e execução do contrato, incluindo os números de identificação civil, fiscal e de segurança social, bem como a validade dos respetivos documentos.



- da disponibilidade orçamental da FCT.

A falta de entrega de algum dos documentos necessários para completar o processo de contratualização da bolsa, no prazo de 6 meses a partir da data de comunicação da decisão de concessão condicional da bolsa, implica a caducidade da referida concessão e o encerramento do processo.

## **11. FINANCIAMENTO**

O pagamento das bolsas terá início após a devolução, pelos candidatos, do contrato de bolsa devidamente assinado, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 15 dias úteis contados a partir da data do seu recebimento.

As bolsas atribuídas no âmbito do presente concurso serão financiadas pela FCT com verbas do Orçamento de Estado e, quando elegíveis, com verbas do Fundo Social Europeu, a disponibilizar ao abrigo do PORTUGAL2020, através, nomeadamente, do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) e do Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020), ou outros que venham a ser aprovados, de acordo com as disposições regulamentares fixadas para o efeito.

## **12. COMPONENTES DA BOLSA**

Aos bolseiros é atribuído um subsídio mensal de manutenção nos termos da tabela constante do Anexo I do RBI.

A bolsa pode ainda incluir outras componentes, nos termos que constam do artigo 18º do RBI e pelos valores previstos no seu Anexo II.

Todos os bolseiros beneficiam de um seguro de acidentes pessoais relativamente às atividades de investigação, suportado pela FCT.

Todos os bolseiros que não se encontrem abrangidos por qualquer regime de proteção social podem assegurar o exercício do direito à segurança social mediante adesão ao regime do seguro social voluntário, nos termos do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, assegurando a FCT os encargos resultantes das contribuições nos termos e com os limites previstos no artigo 10º do EBI.

## **13. PAGAMENTOS DAS COMPONENTES DA BOLSA**

Os pagamentos devidos ao bolseiro são efetuados através de transferência bancária para a conta por este identificada. O pagamento do subsídio mensal de manutenção é efetuado no primeiro dia útil de cada mês.

Os pagamentos das componentes de inscrições, matrículas ou propinas são efetuados pela FCT diretamente à instituição nacional onde o bolseiro esteja inscrito ou matriculado no doutoramento.

## **14. TERMOS E CONDIÇÕES DE RENOVAÇÃO DA BOLSA**

A renovação da bolsa depende sempre de pedido apresentado pelo bolseiro, nos 60 dias úteis anteriores à data de início da renovação, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) pareceres emitidos pelo/s orientador/es e pela/s entidade/s de acolhimento sobre o acompanhamento dos trabalhos do bolseiro e a avaliação das suas atividades;
- b) documento atualizado comprovativo do cumprimento do regime de dedicação exclusiva;

- c) documento comprovativo de renovação da inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.

## **15. INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE DO FINANCIAMENTO CONCEDIDO**

Em todas as atividades de I&D direta ou indiretamente financiadas pela bolsa, nomeadamente, em todas as comunicações, publicações e criações científicas, bem como teses, realizadas com os apoios previstos na bolsa, deve ser expressa a menção de apoio financeiro da FCT e do Fundo Social Europeu, através, nomeadamente, do Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020), Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2020) e do Programa Operacional Regional do Alentejo (Alentejo 2020). Para este efeito devem ser inscritos nos documentos referentes a estas ações as insígnias da FCT, do MCTES, do FSE e da UE, conforme as normas gráficas de cada programa operacional.

A divulgação de resultados da investigação financiada ao abrigo do RBI deve obedecer às normas de acesso aberto de dados, publicações e outros resultados da investigação em vigor na FCT.

Em todas as bolsas, e em particular no caso de ações apoiadas por financiamento comunitário, designadamente do FSE, poderão ser realizadas ações de acompanhamento e controlo por parte de organismos nacionais e comunitários conforme legislação aplicável nesta matéria, existindo por parte dos bolseiros apoiados a obrigatoriedade de colaboração e de prestação da informação solicitada, a qual abrange a realização de inquéritos e estudos de avaliação nesta área, ainda que a bolsa já tenha cessado.

## **16. POLÍTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO E DE IGUALDADE DE ACESSO**

A FCT promove uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado ou privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

## **17. LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO APLICÁVEL**

O Concurso rege-se pelo presente Aviso de Abertura, pelo Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, aprovado pelo Regulamento n.º 950/2019, publicado na II Série do DR de 16 de dezembro de 2019, pelo Estatuto do Bolseiro de Investigação aprovado pela Lei n.º 40/2004, de 18 de agosto, na redação em vigor, e pela demais legislação nacional e comunitária aplicável.